

C. Beckert – P. Calafate – M. L. R. Ferreira – M. J. F. Rego
C. J. Correia – E. Chitas – M. F. Blanc – J. C. Gonçalves
M. C. Pimentel – V. S. Marques – E. Serrano

FILOSOFIA PELA RÁDIO

Org. Joaquim Cerqueira Gonçalves

Ficha Técnica

Filosofia pela Rádio

Edição: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa

Radiodifusão Portuguesa – Antena 2

Capa: Fátima de Jesus – Cátia Leal – Cristina Espalha

Tipografia: Editorial Franciscana

Edição financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia

ISBN: 972-8531-01-X
Depósito Legal: 129-669/98



Edição **antena2**

cebido. Educa-o no sentido da actividade crítica em face dos pressupostos ideológicos, dos falsos ídolos e dos falsos deuses, educa-o como ser que deve reconhecer-se como ser de liberdade e para a liberdade. É verdade: a filosofia desperta, e talvez esteja aí a razão por que as ideologias tanto a temem. Apenas ela, e só ela, se pode apresentar como pedagogia de libertação do homem da menoridade intelectual. Um sábio insuspeito, Jean Piaget, afirmou, em *Sabedoria e Ilusões da Filosofia*, que todo o homem que não contactou com a filosofia é, incuravelmente, incompleto. Mal estará, pois, o ensino que desprezar a filosofia. Mal estará, porque, em verdade, a educação é uma aprendizagem da liberdade e a acção educadora uma obra que cria, recria e dirige as forças vivas da razão, da imaginação, do sentimento, do amor e da verdade, para o mais amplo sentido da revelação da vida superior do Espírito.

O CIDADÃO PRECISA DE FILOSOFIA

Viriato Soromenho-Marques

Quatro questões para compreender
as tarefas políticas da actualidade

Nascemos seres humanos, mas aprendemos a ser habitantes da *polis*, a ser cidadãos.

A cidadania integra a constelação de problemas da vida política e comunitária: as questões do poder e da sua legitimidade; a identificação dos valores e das tarefas comunitárias e colectivas; a procura da justiça e da equidade; a organização dos indivíduos e das instituições contra o perigo, omnipresente, da vertigem numa vontade de poder desmedida, bem como da perda do referente norteador do interesse público.

Na transição para o terceiro milénio, o exercício da cidadania torna-se, simultaneamente, mais exigente e mais complexo.

Nas páginas que se seguem tentaremos responder a algumas das questões que se colocam nesse caminho de abertura para o futuro-presente.

Primeira questão: A reflexão filosófico-política sobre a cidadania começa a desenvolver-se, com a estrutura ainda hoje predominante, a partir da irrupção da Modernidade. Que características e etapas podemos encontrar ao longo dos vários séculos que nos separam desse período inaugural?

Primeira Resposta: Tentemos, pois, uma breve e discutível tentativa de periodização dessa emergência da cidadania como condição da organização das sociedades políticas modernas, que, como se verá, não é confundível com um processo progressivo e unilinear.

Deliberadamente, para assinalar o carácter de hipótese de trabalho desta periodização, mantemos o seu carácter de esboço. Por outro lado, importa alertar para o facto de que os períodos não são totalmente sequenciais do ponto de vista cronológico, antes apresentando traços de coincidência e competição temporal, como ocorre, particularmente, entre o 1º e 2º períodos:

1º PERÍODO: A razão calculadora do realismo.

Iniciado em 1513 com *O Príncipe* de Maquiavel, continuado nas obras de Jean Bodin, Grotius e Hobbes.

CARACTERÍSTICAS: A política e o *Leviathan* descobrem-se como instâncias autónomas relativamente à teologia, à revelação e à filosofia moral. O deslumbramento de uma práxis política apurada tecnicamente como um relógio na sua eficácia, ou rigorosa, como se fosse 'demonstrada à maneira dos géometras'. A tarefa do *Leviatã* consiste em gerir o conflito dentro e fora das fronteiras dos Estados particulares. A guerra 'natural' domestica-se e culturaliza-se, torna-se uma opção racional do soberano. O papel do cidadão reduz-se a uma actividade muito limitada: a transferência do poder no acto do contrato (Hobbes), ou a aclamação dos actos do príncipe (Maquiavel).

2º PERÍODO: A cidadania no horizonte da razão emancipadora.

Obras de referência: o "espírito" das obras de Vitoria (*Dos índios e do direito de guerra*, 1538) e Las Casas (*Brevíssima Relação da Destruição das Índias*, 1552); *Tratado Teológico-Político* (1670, Espinosa); *Carta sobre a Tolerância* (1685-86, Locke); *Declaração da Independência Americana* (1776, Thomas Jefferson); terminou com a *Metafísica dos Costumes* (1797, Kant)

CARACTERÍSTICAS: A política ao serviço do ideal da liberdade e dos Direitos Humanos. Primado da

concepção de unidade da espécie humana, e entendimento da dependência da práxis política face a uma esfera ideal de fundamentação de acento fortemente ético. Almeja-se, como horizonte de uma acção efectiva e institucional, a construção das condições políticas para o fim da violência bélica, seja na perspectiva de um entendimento razoável entre as soberanias e soberanos, seja como alargamento do exercício da cidadania através da consagração internacional do republicanismo constitucional, condição para ser possível admitir a possibilidade de um Estado de direito tanto no interior das fronteiras dos Estados como nas relações internacionais (Jefferson, Paine, Kant, Fichte).

3º PERÍODO: a cidadania obnubilada pelas razões imperiais e teleológicas.

De 1815, com a vitória de Metternich e da Restauração, até 1945, com a derrota da Alemanha hitleriana e do Japão imperial.

CARACTERÍSTICAS: A política vê-se orientada por uma normatividade de alcance não universal. O fundamento ideal é ocupado pela tradição histórica (Savigny), pelo finalismo histórico (Marx, Spengler, etc), pelo messianismo de classe (Lénine, Mao...), pelas eschatologias racistas (Chamberlain, Hitler, etc.), pelo decimonismo iluminado do Chefe ou do Partido (Mussolini, Carl Schmitt, etc.). O nacionalismo e a lógica de exclusão da *Gemeinschaft* impõem-se ao universalismo da *Gesellschaft* e à visão alargada da cidadania que lhe era inerente. A guerra perde o anátema moral das Luzes e

reconquista um lugar necessário na construção da(s) finalidade(s) histórica(s). A tese clausewitziana do carácter meramente instrumental da práxis bélica perante o primado das vontades políticas torna-se um valor consensual.

4º PERÍODO: Em busca duma razão cooperativa.

Da *Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas* de 10 de Dezembro de 1948, às conferências sobre ambiente de 1972 e 1992.

CARACTERÍSTICAS: O regresso da dominância de uma exigência jurídico-projectiva à práxis política. A guerra central entre as potências hegemónicas torna-se uma quase impossibilidade tanto à luz das categorias éticas como no quadro de uma razão estratégica calculadora (um absurdo, face à emergência de paridade nuclear entre EUA e URSS, que conduziria, em caso de guerra, a uma *destruição mútua assegurada*). O perigo da catástrofe nuclear obriga a uma penosa distorção da racionalidade estratégica com matriz clausewitziana. Reforço dos movimentos sociais condenatórios da guerra. Fragmentação dos movimentos sociais emancipatórios, unidos, contudo, por uma comum recusa da trivialização da guerra. Reequação dos direitos e deveres da cidadania à luz da eclosão de novas tarefas e do progressivo declínio do poder efectivos dos Estados.

Segunda questão: Os problemas daquilo que costuma designar como 'crise ambiental e social global' são uma das principais causas da formação de

novas formas de participação dos cidadãos na vida pública.

Até que ponto poderemos considerar o 'ambientalismo' como um novo movimento social?

Segunda resposta: Se aceitarmos que a diversidade de Organizações não governamentais (ONG) ambientais, numa perspectiva planetária e não estritamente nacional, representa, pelo menos de forma sintomática, o aparecimento de um novo movimento social, que no seu conjunto visa uma intervenção com repercussões globais na sociedade, então será útil identificar as características que ajudam a definir um padrão comum desse novo movimento (um padrão comum que não nega, mas conforma, a sua profunda pluralidade).

O melhor método será o da comparação entre este hipotético novel movimento com os 'velhos' movimentos sociais, que se geraram ao longo do século XIX e foram conquistando uma posição de hegemonia e dominância que se tornou completa ao longo do século XX:

a) O movimento nacionalista (que se generalizou ao mundo colonizado e ainda está em marcha, embora com uma leitura tendencialmente regressiva). Venceu a tendência para o federalismo típica da era das *Luzes*.

b) O movimento social reformista (em especial a social-democracia de Lassalle, com inspiração positiva). Reduziu a influência comunista e ajudou a anular o movimento anarquista, integrou parcialmente o movimento feminista embrionário, conciliou-se, parcialmente, com o nacionalismo).

c) O movimento social revolucionário: o(s) 'comunismo(s)'. Reduziu a influência da social-demo-

cracia, esmagou o anarquismo, integrou, parcialmente, o feminismo. Aliou-se tacticamente com o nacionalismo (cf. I. Wallerstein, *Geopolitics and Geoculture*, Cambridge University Press, 191, 139 ss.).

Um movimento social não se define apenas pelo seu ideário expresso. Mais importante do que o texto programático explícito ou 'manifesto', se quisermos produzir uma leve sugestão freudiana, é o seu conteúdo 'latente' de valores fundamentais que actuam de forma porosamente transversal.

Tentemos, pois, delinear as principais características, em termos de valores profundos, desses movimentos sociais 'clássicos':

a) Acreditavam na **bondade incondicional do progresso científico e técnico**, o célebre desenvolvimento das "forças produtivas", não cuidando da eventual existência de efeitos colaterais indesejáveis.

b) Acreditavam que o eixo organizador da vida política passava pela **conquista do poder de Estado**, ao ponto, por exemplo, de no bolchevismo a teoria voluntarista da insurreição se ter substituído à complexa concepção marxiana da formação económico-social (a teoria leninista da insurreição proletária é uma complexa mistura de Marx e Clausewitz).

c) Propunham como programa uma bandeira ideológica desfraldada pelo **vento das utopias**: a sociedade reconciliada dos produtores (Comte); as nações sem fissuras nem lutas de classes; ou a emancipação do proletariado como condição para o fim da exploração do homem pelo homem. Eram movimentos escatológicos, do **fim da história**.

d) Acreditavam que a gramática elementar da luta política poderia assentar na dicotomia "amigo-inimigo" (definida como tal por Carl Schmitt, *Begriff des Politischen*, 1927). O combate político implicava a identificação dos 'exércitos' em presença tendo em vista a sua posterior movimentação para um **combate vitorioso contra "os outros"**: os "capitalistas", os "aristocratas improdutivos", ou os "opressores imperiais".

Em síntese: As correntes contestatárias oitocentistas eram decididamente optimistas quanto às virtualidades do progresso técnico e o papel emancipador do Estado. O programa e os instrumentos da realização da utopia (um substituto laico das religiões perdidas) estavam claramente enunciados. Só faltava realizá-los. Foi o trabalho do século XX.

Terceira questão: Quais as principais características e valores do 'novo' movimento social ambientalista com implicações para o exercício da cidadania?

Terceira resposta: Sinteticamente a resposta poderá ser a seguinte:

a) O menor denominador comum da contestação ambientalista é o **questionamento da 'religião' do progresso tecnocientífico**. Das propostas de ruptura às soluções de compromisso e reforma, os ambientalistas recusam-se a aceitar a autoridade da ciência e da técnica como substituto laico da Palavra Revelada. O progresso exponencial da técnica tem de ser encarado com exigência crítica sob pena de os seus monstros devorarem a

própria civilização que os fez nascer. Trata-se de uma profunda exigência de humildade gnosiológica.

b) A desconfiança face ao progresso tecnológico é acompanhada pela **desconfiança face ao Estado**. O surgimento de múltiplos partidos ecologistas não foi suficiente para desfazer o carácter largo de movimento da **sociedade civil** próprio das causas ambientais. Ao contrário dos anarquistas do séc. XIX, os ambientalistas desconfiam não tanto da bondade, mas sobretudo do **poder efectivo do Estado**. Por isso, na sua intervenção eles contornam o Estado-nação tanto no plano 'inferior' das regiões como no nível 'superior' das organizações, cimeiras e convenções internacionais.

c) Recusa das utopias do fim da história. Aposta, antes, na difícil tarefa de permitir a sua continuação!... Programas de intervenção política baseados numa visão global (onde os factores de desconhecimento e incerteza – tão irritantes para a arrogância intelectual dos velhos movimentos sociais, 'detentores do sentido da história'... – são saudados com esperança), mas desejosos de uma aplicação em escalas de **visibilidade e controlo políticos pela esfera pública**.

d) Basta analisar os programas de reforma fiscal dos ambientalistas, ou as suas propostas no plano internacional para compreender que a sua concepção da luta política não se insere na dicotomia "amigo-inimigo". Pelo contrário, nas sociedades industrializadas do Norte os ambientalistas constituem a voz mais incisiva no sentido de identificar o **nosso presente e insustentável modo de vida como o inimigo principal**, contrariando a tendência de largos sectores para diabolizarem o re-

corrente perigo dos 'bárbaros', que, desta vez, ameaçarão a partir do Sul subdesenvolvido.

Em síntese: As ONG ambientalistas tendem a encarar o exercício da cidadania não como um instrumento para um fim previamente determinado, mas como modalidades de consensualização e contratualização, certamente dinâmicas e alteráveis, na marcha para uma sociedade mais sustentável e menos opressiva, sem tutelas nem vanguardas ameaçadoramente esclarecidas.

Quarta questão: Quais os condicionamentos que se têm colocado no interior da sociedade civil portuguesa ao exercício das novas formas de cidadania, nomeadamente, as de cariz ambiental?

Quarta resposta: Para abrir a resposta a essa questão importa recordar que não há sociedade civil sem associativismo, como bem demonstrou Alexis de Tocqueville a propósito da sociedade americana da primeira metade do século XIX.

Mas, quando falamos da intervenção organizada dos cidadãos na área do ambiente não se trata de um associativismo qualquer. Estamos a falar de um associativismo que por vezes afronta o Estado, mas não no sentido de a ele se substituir, antes visando compensá-lo, partilhar com ele responsabilidades, melhorá-lo, torná-lo quase invisível devido à sua eficácia e operacionalidade (do mesmo modo como quando ouvimos uma boa obra musical nos esquecemos de assinalar a entrada em cena dos diversos instrumentos!).

O associativismo, como o bem demonstram as mais recentes obras de Gellner e Fukuyama, faz parte da vitalidade e do 'capital social' de uma sociedade civil

que é capaz de desempenhar a multiplicidade de tarefas e iniciativas que lhe cabem na modernização de um país, na sua adaptação aos novos desafios colectivos.

Ora, por que é que não temos ainda esse tipo de associativismo em Portugal?

Eis algumas hipóteses explicativas:

a) **Um efeito perverso de uma "hiper-identidade" nacional.** A nossa sociedade civil tem em relação às sociedades civis europeias congéneres, na União Europeia, na OCDE ou na NATO, "uma desvantagem comparativa" – digamos assim e com alguma ironia – que se prende justamente com o facto de Portugal ser uma velha nação. Costumamos encarar isto como uma vantagem, mas foi um obstáculo num aspecto fundamental de construção da modernização do país, justamente o aspecto da alfabetização. A alfabetização política foi o grande desafio do século XIX. O objectivo era o de criar cidadãos que soubessem ler e escrever, que pagassem impostos e fizessem o serviço militar obrigatório; que fossem capazes de ler uma mensagem, capazes de desempenhar o chamado *trabalho semântico* (na conseguida expressão de Ernest Gellner)". Para o desempenho desta tarefa basilar a nossa identidade nacional revelou-se excessiva e contraproducente. Não precisamos de ter um efectivo ensino público obrigatório como todos os países europeus, não precisamos de pôr toda gente a aprender a ler e a escrever. Os alemães, os italianos, os franceses precisaram: na Alemanha, falavam-se várias línguas; na França, na época da Revolução, em 26 milhões de pessoas só 9 milhões é que falava francês, os outros falavam outras línguas ou dialectos que se perderam completamente. Na Itália de Garibaldi

só uma elite de 2,5% da população usava o italiano como primeira língua. No caso português, não era assim: somos uma velha nação, uma velha identidade nacional, aquilo que nos separa é aquilo que nos une. Nessa perspectiva, é interessante verificar que este sentimento de identidade nacional prejudicou, e muito, um trabalho de generalização da literacia que ocorreu noutros países europeus no século XIX.

b) **Um grande atraso da racionalização no sentido weberiano.** Temos uma sociedade civil onde as forças dinâmicas e propuloras estão ainda, em grande parte, ligadas ao que podemos considerar "a época das comunidades e das corporações" e não à época do direito universal e abstracto das sociedades. Utilizando as categorias de Ferdinand Tönnies: em Portugal, durante grande parte do século XX, vivemos muito mais na sombra da comunidade, da *Gemeinschaft*, do que da *Gesellschaft*, da sociedade.

Verificámos muitas vezes na nossa sociedade, no período do Estado-Novo sobretudo, esses arcaísmos, essas zonas mais afectivas, mais quentes, mais comunitaristas, que se impuseram aos mecanismos mais niveladores, racionais e universalizadores da sociedade moderna.

c) **A inexistência de um dinâmico sector económico privado.** Praticamente até aos anos cinquenta não se gerou no país uma burguesia dinâmica, moldada e disciplinada pelo risco, em mercados concorrenciais abertos. Um dos regimes mais ignóbeis para qualquer burguesia dinâmica, o chamado "condicionamento industrial", foi aceite pela maioria da nossa classe empresarial... e não como jugo, como imposição autoritária,

mas como tábua-de-salvação durante o período do império colonial. Ainda hoje, a palavra *concorrência* é encarada por muitos empresários como uma palavra tabu. A ausência de um tecido económico dinâmico também não é um factor positivo, julgo eu, para que uma sociedade seja capaz de equacionar os novos desafios.

d) **A ausência de uma estrutura constitucional e de uma esfera política democrático-representativa.** A falta crónica durante meio século de uma estrutura constitucional e de uma esfera política democrático-representativa. Numa altura em que os outros países apontavam para outros rumos, a inexistência de um sistema pluripartidário durante cinquenta anos, a existência de um monopartidarismo da União Nacional – provincialano, boçal, policial – é também uma característica que nos faz pensar e nos ajuda a perceber os limites da nossa sociedade e do nosso protagonismo político-social.

e) **A ausência de uma cultura do "espaço público".** Uma das características que mais se sente hoje na vida do país, é que o rápido crescimento económico, sobretudo na última década, não foi acompanhado pelo crescimento de indicadores culturais cívicos. Não temos um igual crescimento de uma cultura do espaço público. A cultura do espaço público passa, por exemplo, por isto que estamos aqui a fazer: a troca de ideias de forma aberta, franca e democrática; também é a forma como cuidamos os nossos espaços físicos, os nossos jardins, as nossas ruas, o estado de conservação das nossas vias de comunicação, a forma como (não) tratamos o que não é imediatamente nosso, os equipamentos colectivos, o que é público. Infelizmente são muitas as modalidades de deficiente conduta cívica, algumas delas

caricatas, e a política de ambiente e a educação ambiental passam por essa perspectiva, que é necessário alimentar e robustecer: uma cultura do espaço público.

Em síntese: as responsabilidades da cidadania estão atrofiadas na pesada inércia de um modelo de separação, em vez de articulação, entre a sociedade civil e o Estado.

Trata-se da invulgar realidade de uma sociedade civil e de um Estado que até há bem pouco tempo mutuamente se evitavam.

Conclusão: Em Portugal e no mundo a cidadania ainda é mais um ideal regulador do que um conceito plenamente confirmável na experiência.

A filosofia e os filósofos têm nessa esfera, no pensar e no agir em conformidade, uma enorme responsabilidade.

Índice

APRESENTAÇÃO	7
FILOSOFAR PELA RÁDIO? Joaquim Cerqueira Gonçalves	9
OS PORTUGUESES TAMBÉM FILOSOFAM Pedro Calafate	17
A FILOSOFIA NO FEMININO Maria Luísa Ribeiro Ferreira	29
QUANDO AS CRIANÇAS FILOSOFAREM Maria José Figueiroa Rego	49
A ARTE DE FILOSOFAR E AS OUTRAS ARTES Carlos João Correia	57
A EUROPA COMO CATEGORIA FILOSÓFICA Eduardo Chitas	73
NEM SÓ FILOSOFIA NEM SÓ CIÊNCIA Joaquim Cerqueira Gonçalves	85
FILOSOFAR NO MEIO DAS MÁQUINAS Mafalda de Faria Blanc	95
OS "BEBÉS-PROVETA" E A FILOSOFIA Cristina Beckett	105
EDUCAR COM A FILOSOFIA Manuel Cândido Pimentel	119
O CIDADÃO PRECISA DE FILOSOFIA Viriato Soromenho-Marques	129